

LEI COMPLEMENTAR Nº17/2013

“CONCEDE REVISÃO GERAL, DE QUE TRATA O ARTIGO 37, INCISO X , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXCLUÍDA A APLICAÇÃO SOBRE OS SUBSÍDIOS PAGOS AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE ANGELINA E SOBRE A PARCELA DENOMINADA AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGELINA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, e os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2013, ficam revisados em 8,2866%, correspondente ao índice de inflação do Índice Geral de Preços do Mercado/IGP-M, acumulado no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013.

§1º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no *caput* deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§2º A revisão de que trata este artigo não será aplicada aos subsídios pagos aos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais).

§3º O valor pago a título de Auxílio-Alimentação não será revisado nos termos deste artigo.

Art. 2º Fica fixado como piso de vencimento dos servidores públicos municipais o valor de R\$ 678,00 (*seiscentos e setenta e oito reais*).

Art. 3º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 25 de Março de 2013

Jose Nilton da Silva
Prefeito Municipal